

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0482-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.828221309>

1. Educação. 2. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de “**Educação enquanto Fenômeno Social: Currículo, Políticas e Práticas**”, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de pós-pandemia.

O período pandêmico, como destacou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada das atividades presencialmente, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade. Não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além de formar os sujeitos para “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves.

Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e formativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DO LÚDICO NA CONSTITUIÇÃO DA EGOCENTICIDADE HUMANA: EVOLUÇÃO, COGNIÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE

Dilson Cesar Leal Ribeiro

Rosemar Eurico Coenga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213091>

CAPÍTULO 2..... 9

DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA: IMPLICAÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Deijanete dos Santos

Fernanda Afonso Varelo Araújo

Larisse Leite Albuquerque

Marilene dos Santos da Silva

Marinalva dos Santos Menezes

Radiana Brasil Pereira

Reginalda Francisca de Oliveira

Simony Maria da Silva Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213092>

CAPÍTULO 3..... 18

DOCENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ANÁLISE PROSPECTIVA DO PERFIL

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213093>

CAPÍTULO 4..... 28

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E INTERGERACIONALIDADE: O VIVIDO NA UMA/UFT NA FUNDAÇÃO DO CENTRO INTERGERACIONAL SARAH GOMES

Fernando Afonso Nunes Filho

Neila Barbosa Osório

Miliana Augusta Pereira Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213094>

CAPÍTULO 5..... 38

EDUCAÇÃO INFANTIL E LUDICIDADE

Aldaci Santos Lopes

Ana Paula da Silva Conceição

Brisa Maria Santos Marcelino

Nara Barreto Santos

Welber Lima Santos

Wendy Castro Rosa

Vivianny Guedes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213095>

CAPÍTULO 6..... 53

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE FILOSOFIA: UMA PERSPECTIVA DE PREVENIR E COMBATER O *BULLYING* ESCOLAR

Ellen Lindemann Wother

Oscar Fernando Dias Wother

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213096>

CAPÍTULO 7..... 71

ESTILOS DE APRENDIZAJE EN 4 GENERACIONES (2017-2020) DE LOS ESTUDIANTES DE QUÍMICO FARMACÉUTICO BIÓLOGO DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE CAMPECHE

Marvel del Carmen Valencia Gutiérrez

Magnolia del Rosario López Méndez

Román Raúl Cruz Millán

Geovani Araceli Salinas Balderrabano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213097>

CAPÍTULO 8..... 79

FACTORES QUE INFLUENCIAM PARA A FRACA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA VIDA DA ESCOLA DOS SEUS EDUCANDOS, ESCOLA SECUNDÁRIA DE MUATALA

Felicidade José Viegas Ração

Gaspar Lourenço Tocoloa

Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213098>

CAPÍTULO 9..... 95

FUNCIONAMENTO FAMILIAR E AUTOESTIMA EM ESTUDANTES PERUANOS DO ENSINO BÁSICO REGULAR

Edwin Gustavo Estrada Araoz

Jimmy Nelson Paricahua Peralta

Marilu Farfán Latorre

Willian Gerardo Lavilla Condori

Yesenia Veronica Manrique Jaramillo

Libertad Velasquez Giersch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213099>

CAPÍTULO 10..... 105

ENSINO REMOTO E FORMAÇÃO PROFESSORAL: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE BIOLOGIA

Josean Santos Nascimento

Emerson dos Santos Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130910>

CAPÍTULO 11..... 116

ENSINO REMOTO, E AGORA PROFESSOR, COMO FAZER?

Andréa Karla Ferreira Nunes
Cristiane Bacelar Lima da Cunha
Filipe Antônio Araújo Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130911>

CAPÍTULO 12..... 126

INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEGURANÇA DO PACIENTE: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Paula Mousinho Tavares
Isaquiél Andrade Machado
Daniel de Macêdo Rocha
Ingrid Moura de Abreu
Fernando Braga dos Santos
Priscila Martins Mendes
Esteffany Vaz Pierot
Igho Leonardo do Nascimento Carvalho
Laurianne de Sousa Coelho Silva
Cyntian Maria Martins Campelo
Francélia Alves Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130912>

CAPÍTULO 13..... 139

AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tatiana Schneider Vieira de Moraes
Débora Vanessa Camargo
Elieuzza Aparecida de Lima
Fabricio Vieira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130913>

CAPÍTULO 14..... 153

INTERVENCIÓN EN EL AULA PARA PERSONAS CON SORDOCEGUERA ADQUIRIDA

Rita de Cássia Silveira Cambuzzi
Maria da Piedade Resende da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130914>

CAPÍTULO 15..... 166

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CURRICULARES

Adelcio Machado dos Santos
Rita Marcia Twardowski
Audete Alves dos Santos Caetano
Danielle Martins Leffer
Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130915>

CAPÍTULO 16.....	176
LA LECTURA DE IMÁGENES Y SU RELACIÓN CON LA MADUREZ CREATIVA DEL ESTUDIANTADO DE SEGUNDO GRADO EN LA UNIDAD EDUCATIVA DANIEL LÓPEZ DE JIPIJAPA	
María Auxiliadora Ponce Ruiz	
Francisco Samuel Mendoza Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130916	
CAPÍTULO 17.....	188
LETRAMENTO ACADÊMICO SOB A ÓTICA DE FISCHER E CORRÊA: DESAFIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GRADUAÇÃO	
Aline Coêlho dos Santos	
Luciana Fidelis de Souza da Costa	
Adriana Fischer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130917	
CAPÍTULO 18.....	193
MATERIAL DIDÁTICO ALTERNATIVO PARA O ENSINO BÁSICO	
Giovana Licoviski	
Marcia Regina Paes de Oliveira	
Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130918	
CAPÍTULO 19.....	201
HISTÓRIA DA TEORIA DAS CORES: UMA LEITURA FILOSÓFICA, ARTÍSTICA E FÍSICA	
Romero de Albuquerque Maranhão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130919	
CAPÍTULO 20.....	216
O CURRÍCULO E SUA CORRELAÇÃO COM A DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS	
Thais de Almeida Roela	
Rosa Maria Rodrigues Barros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130920	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	224
ÍNDICE REMISSIVO.....	225

CAPÍTULO 8

FACTORES QUE INFLUENCIAM PARA A FRACA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA VIDA DA ESCOLA DOS SEUS EDUCANDOS, ESCOLA SECUNDÁRIA DE MUATALA

Data de aceite: 01/09/2022

Felicidade José Viegas Ração

Licenciada em Psicologia Educacional
Nampula, Moçambique

Gaspar Lourenço Tocoloa

Professor da FEC, IED, FADIR - UCM
Professor da UniLúrio Business School
Professor da Academia Militar
Nampula, Moçambique

Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

Professor da FEC, IED, FADIR - UCM
Professor da UniLúrio Business School
Professor da Academia Militar
Professor da UnISCED
Nampula, Moçambique

RESUMO: O estudo é o fruto de uma pesquisa científica realizada na cidade de Nampula com o tema Fatores que influenciam para a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos na Escola Secundária de Muatala. O estudo tem um objetivo geral: analisar a participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos, e três objectivos específicos. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa com suporte de método indutivo. As técnicas de recolha de dados usadas no trabalho foram observação intensiva e entrevista. Os participantes do estudo foram dez, dos quais foram seis pais/encarregados de educação, dois pais das turmas e dois directores de turma. Os resultados da pesquisa foram o modelo de

participação, adoptado pelas escolas desmotiva a participação dos pais e encarregados de educação nas reuniões da escola; a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola faz com que eles percebam muito tarde, o que acontece com os seus educandos e muitas vezes só quando existe um problema na Escola. A incompatibilidade de horários dos pais e encarregados de educação não permite fazer o acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos. Mas estudo, traz uma proposta que pode ser viável para problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Participação, pais e encarregados de educação, e escola.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo tem como tema: Factores que influenciam para a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos na Escola Secundária de Muatala – Cidade de Nampula. Nos últimos anos muito tem se falado sobre a relevância dessa participação. Expressões como “gestão compartilhada”, “administração participativa”, “democratização da gestão escolar” vêm fazendo parte da agenda da direção de escolas públicas orientadas pelas políticas do sector educacional.

No nosso país a questão da ligação escola comunidade está patente nas leis sobre educação, desde 1983 conforme BRM (06/05/1992).

Uma das formas de envolvimento das comunidades na realização do ensino e formação é através da participação dos órgãos de direcção e administração da escola, ou seja, nos Conselhos de Escola; de acordo com a alínea a) do nº 3 do art. 12 do SNE (2014), dos 25 membros desse órgão máximo da direcção da escola, 15 são representantes da Comissão de pais e da Comunidade.

Dada a multiplicidade de problemas que o nosso ensino enfrenta, tais como: falta de professores, violência, burocracia excessiva, turmas superlotadas, baixos salários, baixa auto-estima, baixo nível de higiene no recinto escolar, que somados, conspiram contra a qualidade do ensino, o envolvimento dos pais e ou encarregados de educação na vida escolar seria uma das formas de, em conjunto tentar superar esses problemas.

Muitos problemas que a escola tem podem ser discutidos junto com os pais e encarregados de educação nos conselhos de escola, o que ajudaria bastante a escola e os encarregados a perceberem melhor os problemas que escola enfrenta. Pois ajudariam na resolução dos mesmos a partir das suas opiniões, experiências, ajudem a delinear outras estratégias que estimulem o envolvimento desta na vida da escola dos seus educandos.

A importância que a legislação educativa do nosso país dá ao envolvimento dos pais e ou encarregados de educação na gestão das escolas, como reconhecimento de que relação família e escola são fundamentais no processo educativo. O que acontece na realidade, é que nem sempre essa relação se complementa. Pelo contrário, na cidade de Nampula em particular, é comum a escola se queixar da ausência da família ou dos pais e vice-versa. Partindo de várias actas de reuniões de escola, constatou – se que a maioria dos pais e encarregados de educação não compareciam nas reuniões. Essa fraca participação dos pais e ou encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, nos remeteu a seguinte questão: quais são os factores que influenciam para a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos?

1.1 Objectivos de pesquisa

1.1.1 Objectivo geral

- Analisar os factores que influenciam para a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos.

1.1.2 Objectivos específicos

- Identificar os principais factores que influenciam para a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos;
- Explicar a percepção que os pais, encarregados de educação têm da participação na vida da escola dos seus educandos;

- Desenvolver o plano da gestão de participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos.

1.2 Questões de investigação

- Quais são os factores que influenciam para a fraca participação dos pais encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos?
- Que percepção os pais e encarregados de educação tem da participação na vida da escola dos seus educandos?
- Qual é o plano de gestão de participação dos pais e ou encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos?

A participação não deve ser vista somente como um instrumento para a solução dos problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano... a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Sua prática envolve a satisfação de outras necessidades, não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

2 | METODOLOGIA

O capítulo metodológico caracterizar-se-á por apresentar elementos que nortearão o estudo em termos técnicos. Subdividir-se-á em pontos, tipo de pesquisa, técnicas de recolha de dados, participantes da pesquisa.

2.1 Tipo de pesquisa

O estudo foi orientado tendo em conta a abordagem qualitativa. Esta abordagem facilitou o contacto com o objecto de estudo, isto é, o contacto com a manifestação do fenómeno problemático (participação dos pais e ou encarregados de educação). Importa salientar também, que a abordagem escolhida pelos autores do estudo ajudou a inferir conclusões, de acordo com o método indutivo e análise de conteúdo.

A abordagem que caracterizou o estudo foi a qualitativa, no sentido de que ajudou estudar o facto problemático de uma forma minuciosa. Richardson et al (2008, p.79) afirma que

“a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se sobretudo por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenómeno social. Os aspectos qualitativos de uma investigação podem estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos ...”.

Quanto a questão do método usado neste estudo, importa salientar que foi o método

indutivo, uma vez que se partirá de uma realidade singular, a partir da qual generalizar-se-ão as conclusões. A pesquisa foi do tipo explicativo quanto aos objectivos. Ao escolher este tipo de pesquisa, os autores do estudo tiveram em conta a possibilidade que ela oferece para poder se inteirar sobre o desenvolvimento do facto problemático, desde as suas origens.

2.2 Técnicas de recolha de dados

No que diz respeito às técnicas de colecta de dados, importa salientar que para este estudo, usou – se a técnica de observação às reuniões e entrevista semi-estruturada aos pais e encarregados de educação e directores de turma. De Ketele & Rogiers (1993, p.23) sustentam que a entrevista

“é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações”.

Usou – se a técnica de *observação intensiva*, visto que, através do uso dos sentidos ter-se-á informações da realidade. A observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar factos ou fenómenos que se deseja estudar” (Marconi e Lakatos, 2002, p.107). Também usamos *entrevista* porque “é uma conversação efectuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente a informação necessária” (Marconi e Lakatos, 2002, p. 107).

2.3 Participantes do estudo

A constituição dos participantes do estudo envolve a todos os pais/encarregados de educação de 5 turmas da 8ª classe da Escola Secundária de Muatala - Cidade de Nampula, os quais foram usados as técnicas de amostragem não probabilística, concretamente amostra por conveniência para poder seleccionar os pais/encarregados de educação e directores de turma para as entrevista, devido a existência de características comuns como é o caso de se responsabilizar pelos educandos. Os participantes do estudo foram dez, dos quais foram seis pais/encarregados de educação, dois pais das turmas e dois directores de turma.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do trabalho debruçou-se sobre os conceitos básicos que nortearam o trabalho. Serviu de sustento para fazer valer o estudo efectuado no campo, com vista a dar mais credibilidade a informação colhida, apresentada, analisada e interpretada.

3.1 Conceito de Participação

A questão de participação, não poderá ser vista apenas na esfera da concentração populacional e na questão de terras, ela também é tema na Educação. Na segunda metade do século XX com as contribuições dos actores Carl Rogers e Paulo Freire, a pedagogia tomou uma nova dinâmica porque estes defenderam a liberdade, a autonomia da libertação da pedagogia, contestando a submissão e a pedagogia bancária. Isso porque esta era caracterizada pela sua acção física e sem suporte material, onde o professor era único transmissor do saber e com uma única fonte de conhecimento, a escola era a única autoridade, (Formosinho et al, 2011).

Formosinho et al (2011) acrescentam ainda que a participação faz parte das teorias das organizações, e que a partir da década 30 nas escolas das relações humanas, ao se estudar as relações informais e da participação nas decisões, estas teorias foram evoluindo em várias dimensões, na teoria comportamentalista em 1940 e na teoria do desenvolvimento organizacional em 1950, e em Sociologia pela teoria do Interacionismo Simbólico em 1960.

Para Lima (2001), a participação tem que ser considerado como um direito, uma garantia e até dever cívico que, permitem o cidadão fazer parte das acções de mudança. O autor afirma ainda que, para que isso acontece a participação tem que ser regulamentada formalmente e garantir a sua legalidade para que ela seja vista como uma norma organizacional numa perspectiva política.

Na abordagem de Dalmás (2001) a participação insere-se no facto dos indivíduos assumirem-se sujeitos que participam e comprometem-se com as decisões e acções no processo histórico. É desta forma que, no reflectir sobre a participação Dalmás (2001) refere que ela promove conhecimento profundo dos indivíduos a nível da comunidade sobre os seus problemas, permite que eles avaliem as diferentes soluções e tomarem a decisão mais realistas de acordo com o contexto em que estes estão inseridos.

A participação pode também ser um meio que ajuda a redução de custos de implementação de projectos, como direito de cidadania e como um fim para atingir o desenvolvimento na medida em que procura encontrar resposta para as fraquezas dos modelos económicos de desenvolvimento que se baseiam no crescimento económico. A filosofia de participação esta subjacente ao envolvimento das populações desde a identificação dos problemas, e tomada de decisão de acordo com o contexto, (Maússe, 2009).

A participação também esta subjacente a acção de participar, fazer parte dos assuntos, fazer sua contribuição, ser ouvido, ser dada atenção, oportunidade de se expressar, ela vai alem do sujeito estar fisicamente nesse espaço mas sim, as acções que são imprimidas por este sobre um determinado assunto a ser tratado (Maússe, 2009).

Nestes moldes pode-se concordar que o acto de participar é bem mais complexo do que se pode imaginar assim espelha a afirmação abaixo que:

“O conceito de participação como processo pelo qual podemos intervir nas decisões e procedimentos de uma organização, de diferentes formas e em diferentes momentos, estruturando as decisões ou influenciando-as ou ainda modificando a sua execução, em grau tanto mais profundo quanto mais possamos decidir ou influenciar as opções estratégicas da organização, os planos intermédios e operacionais, a execução destes e o controlo da conformidade entre os primeiros e os últimos, e em grau menos profundo pelas simples acção estratégica face aos planos operacionais de acção na fase da sua execução” (Formosinho, et al, 2011, p.83).

Constata-se também que a participação incorpora o poder, porque permite estar envolvido em alguma acção, cujo mesmo atribui a pessoa um certo poder de agir, actuar e assumir os resultados que advêm desta participação.

Santos (2010), defende que a real participação popular esta subjacente a uma participação efectiva para os que realmente exercem a sua cidadania. Estes ao exercerem a sua cidadania intervêm no planeamento, nas decisões e no controle das políticas públicas. O processo de cidadania para o autor, exige um cidadão activo, porque este exerce seu direito de voto para a escolha dos seus representantes conscientemente, conhecendo e avaliando suas propostas de liderança e verificando se estas propostas estão de acordo com os seus interesses.

A participação deve ser entendida como acto e efeito de um processo em que a sociedade civil, a sociedade política e a sociedade económica tenham tomado uma decisão em conjunto. Klausmeyer & Ramalho (1995) entendem que ela acontece quando há acesso efectivo dos envolvidos no planeamento das acções, na execução das actividades e em seu acompanhamento e avaliação.

No contexto educativo, a participação é um instrumento importante no sentido de promover a articulação entre os actores da educação, fortalecendo a coesão da relação escola-comunidade e melhorando a qualidade das decisões sobre a educação, tornando mais fácil alcançar objectivos de interesse comum.

Em Moçambique, a participação tem sido, nos últimos tempos, uma palavra frequentemente utilizada nos discursos dos governantes em geral e dos actores escolares em particular. Nestes últimos a participação é feita pela via de institucionalização do modelo democrático de direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino.

É assim que a alínea e) do artigo 2 da lei 2/92 do SNE (2014) ressalta a necessidade da ligação estreita entre a escola e a comunidade em que a escola participa activamente na dinamização do desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade e recebe desta a orientação necessária para a realização de um ensino e formação que respondam as exigências do desenvolvimento do país.

A relevância de participação da comunidade na vida da escola, vem preconizado nos regulamentos dos diferentes níveis de ensino do nosso SNE (2014), por exemplo, refere no nº 1 do artº. 12, que, o Conselho da Escola, órgão máximo do estabelecimento, tem,

entre outros objectivos, garantir uma gestão democrática e transparente; de facto, segundo preconiza o mesmo documento, dos 25 membros desse órgão máximo da direcção da escola, 15 são representantes da Comissão de pais e da Comunidade.

O acto de participação é vista em várias dimensões e visa contribuir para um determinado fim a que os indivíduos se propõe atingir. Ao longo deste ponto vai-se desenvolver os tipos de participação segundo os autores (Formosinho et al, 2011; & Lima, 2001).

3.2 Tipos de participação

Na visão dos autores (Antunes, 2002; Fontes, 1990; Formosinho et al, 2011, Lima, 2001; Luck et al, 2002), existe vários tipos de participação, dos quais vamos mencionar alguns:

Participação formal: que esta subjacente a forma de organização funcional de uma organização concebido no seu sistema de comunicação seja ela interna ou externa. Neste tipo de participação e estabelecido um conjunto de regras com estrutura que regulam o processo de participação.

É caracterizada por regras formais e legais de participação onde são apresentadas de forma organizada, estruturada sistematicamente, através de documento, podendo ser estatuto, regulamento e outras. O documento estabelece o direito de participar, dita as regras formais desse direito, regulamentam o exercício e limitam outras formas de participação. A participação formal é normativa, ela é legalmente autorizada.

Participação informal: estabelecida por consensos entre os indivíduos dentro da organização, tomando em conta as relações informais vinculadas entre estes dentro da organização. Neste processo de participação não tem uma base escrita sobre os procedimentos e nem uma estrutura orientadora. Nesta participação esta assente os valores que o grupo aceita em seguir.

Participação mista: estabelecida pela organização em função do que esta pré definido no regulamento de funcionamento e das relações entre os indivíduos que nela se juntam. É caracterizada pela não estruturação formal das regras mas ela é produzida e partilhada em pequenos grupos a nível da organização. Esta participação acrescenta valor as participações formais e informais, porque há regras que os pequenos grupos definem que por vezes falta nestas outras. Os actores neste tipo de participação orientam-se diferentemente das regras estabelecidas, guiam-se por regras não estabelecidos no regulamento.

Participação reservada: caracterizada pela forma de actuação, que pode ser entre a participação activa e participação passiva, dependendo do contexto que leva os actores a caminharem para uma posição ou outra. Os actores apresentam-se numa posição calculista em que os seus recursos não são demonstrados ate que tomem uma posição definitiva.

Participação activa: uma posição em o membro não é submisso, onde o que for

decidido pode ser aceite ou refutado pelo membro sem restrições.

Participação passiva: os pais e encarregados de educação participam sendo informados do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral da escola, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo. Trata-se do tipo de participação que vem previsto n.º 5 do art. 25 do SNE (2014), sobre as competências do Director da Turma, que é de "... convocar os encarregados de educação dos alunos e da turma para prestar informação que julgar pertinente ou recebe-los quando eles o solicitarem"

Participação via extracções de informações: os pais e encarregados de educação participam respondendo a perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos e não há retorno de dados ou de resultados.

Participação consultiva: os pais e encarregados de educação participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem partilhar a tomada de decisão.

Participação por incentivos materiais: os pais e encarregados de educação participam fornecendo recursos como mão-de-obra e terra ou dinheiro, para atender um projecto da escola, por exemplo, construção de mais salas de aulas, vedação do recinto escolar e outros.

Participação funcional: os pais e encarregados de educação participam formando equipas para atender a objectivos predeterminados e definidos por agentes externos, as escolas, caso. Estes grupos em geral dependem dos facilitadores, mas às vezes se tornam independentes.

Participação interactiva: os pais e encarregados de educação participam de forma cooperativa, interagindo através de planos de acção e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações na escola ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controlo sobre as decisões sobre a vida da escola. É dada ênfase a processos interdisciplinares e sistemas de aprendizagem que envolvem múltiplas perspectivas.

Participação por auto mobilização: os pais e encarregados de educação participam tomando iniciativas para mudar os sistemas independentemente de instituições externas. O resultado dessa acção colectiva pode ou não mudar uma situação interna da escola indesejável.

A participação também pode ser vista pela orientação dos objectivos que a organização se propõe, neste contexto Lima (2001), defende a participação na sua forma praticada apresenta determinados objectivos, com estrutura e desenvolvimento específico. Assim o autor descreve as formas de orientação como se segue:

Participação convergente: que é praticada quando os objectivos são orientados para desenhar objectivos formais, que são reconhecidos e tomados como referência normativa pelos actores participantes na organização. Mas esta orientação pode trazer exageros na sua prática porque pode operar como obstáculo na realização de mudanças e na inovação de prática. Isso pode acontecer porque os actores ficam amarrados as práticas normativas

e que fora destas poderá representar oposto ao que se pretende.

Participação divergente: esta forma é praticada embora num período transitório, orientada para diferentes sentidos contrários ao que se podem praticar na participação convergente onde os seus objectivos são guiados formalmente. A participação divergente é conotada como sendo forma de contestar ou de boicote para que haja uma renovação dos objectivos que tragam inovações e mudanças na forma praticada.

3.3 Importância da participação dos pais/encarregados na Escola

Abordando os aspectos pedagógicos da família, Luck et al (2002) explica que a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, pode influenciar, de modo efectivo, o desenvolvimento escolar dos filhos.

No mundo escolar, encontra-se todo o tipo de pais. O pai atento e preocupado, que vai à escola com regularidade, que participa nas reuniões de pais, nas actividades da escola; o pai que só vai à escola quando é convidado a ir, que não aparece nas reuniões porque não tem tempo, não participa nas actividades porque considera ser uma perda de tempo; o pai perfeitamente despreocupado do filho, que não sabe nem quer saber se está tudo a correr bem na escola, que anda completamente alheado dos problemas do seu filho; e depois há ainda aquele pai que fica de repente muito preocupado com o seu filho, quando lhe aparece em casa uma participação grave do seu educando e então é altura de “castigar” a escola pelos desastres cometidos pelo seu filho e claro, não foi essa a educação que lhe deu. É cada vez mais importante sensibilizar os pais para participarem activamente na vida escolar dos seus educandos.

A escola faz parte do quotidiano do aluno e os pais devem estar envolvidos em todo o processo de aprendizagem. Pode-se dizer que a escola é um prolongamento do lar, onde o aluno se socializa com os outros e partilha o seu dia-a-dia. Assim, a colaboração e interacção dos pais com os professores ajuda a resolver muitos dos problemas escolares, dos seus educandos, que vão surgindo ao longo do seu percurso escolar. Para os pais, participar na escola, não deve ser só para receber informações dos seus educandos. É preciso que façam sugestões, tomem algumas decisões em conjunto com os professores, participem nas actividades da escola, etc.

Note-se que, muitas vezes, a causa da abstenção dos pais na vida escolar dos filhos passa pelos seus horários de trabalho inflexíveis e acompanhar o percurso escolar do aluno, torna-se bastante difícil, nestas circunstâncias. De facto, basta reparar que os turnos escolares instituídos no nosso país, não permitem de nenhum modo, que um familiar (pai ou mãe ou outro encarregado de educação, acompanhe a vida do aluno na escola; o primeiro turno de aulas inicia as 6 horas e termina as 17 horas e 30 minutos, enquanto o turno laboral inicia quase a mesma hora e termina a mesma hora.

A participação dos encarregados de educação traz-lhes benefícios, pois que aumentando as suas informações melhoram o seu papel de educadores. Aos encarregados

de educação cabe a tarefa de fomentar nos seus filhos a noção de responsabilidade, que estes desempenhem responsabilmente o papel de estudantes, para que, hoje enquanto jovens se preparem para a vida adulta. O envolvimento das famílias melhora o sentimento de ligação à comunidade ou o que deveria ser a participação das famílias na escola”.

3.4 Significados da participação da comunidade na escola

A valorização do envolvimento da comunidade na vida da escola depende do significado que, tanto a comunidade, como a escola dá a participação, ou seja “...as construções cognitivas que exprimem o que o que é ou o que deveria ser a participação das famílias na escola” Carvalho & Diogo (1999). Na perspectiva deste autor o fundamental não é saber se há ou não participação dos pais na escola, mas como deve ser essa participação; é assim que ele distingue várias percepções dos pais do que é participação comunitária na escola:

A primeira percepção é participação como presença consiste em crença de que participar reduz-se a presença física do pai ou encarregado de educação na escola para atender a uma solicitação ou apresentar qualquer problema relacionado com o aluno.

A segunda percepção é a participação como co-responsabilidade, ou seja, a abertura da escola para aceitar que os pais colaborem em assuntos metodológicos dos professores; implica reconhecer por ambas as partes, a escola e a comunidade, que a tarefa de educar o aluno na escola não é só do professor, mas também dos pais e encarregados da educação.

A terceira percepção é a de participação como contrapoder, no sentido de que é, a escola é vista segundo a lógica política, ou seja, como “...um palco de confronto de interesses de natureza divergente os dos professores e os das famílias” (Carvalho & Diogo, 1999, p.151). Nesta percepção os encarregados de educação estão atentos aos erros dos professores para logo que detectados serem apresentados sob forma de queixas aos respectivos directores.

A quarta percepção é a da participação como comunicação que consiste na partilha de informações entre os professores e os pais e encarregados de educação sobre o comportamento social ou pedagógico do aluno em casa e no recinto escolar.

4 | RESULTADOS

Em função das questões colocadas, fez-se a respectiva comprovação ou não. De seguida apresentou-se para cada um dos itens questionadas a respectiva pergunta e esta cruzada em dois instrumentos usados neste estudo a saber: observação e entrevista aos pais e ou encarregados de educação e entrevistas aos directores de turma.

Em função das três questões de investigação apresentadas, temos os seguintes resultados:

- O modelo de participação, adoptado pelas escolas desmotiva a participação

dos pais e encarregados de educação nas reuniões da escola;

- A fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola faz com que eles não percebam o sentido de participação comunitária na escola entre os membros da escola e a comunidade; e
- A incompatibilidade de horários dos pais e encarregados de educação não permite fazer o acompanhamento do percurso escolar dos seus filhos.

Sobre o conhecimento do conceito de participação foram feitas questões aos dez participantes, todos responderam a participação como envolvimento em actividades da escola ou é a actividade pela qual todos os membros do grupo estão envolvidos no engajamento do grupo; percebem também como resposta à solicitação feita pela escola ou grupo quando necessário, conforme (Formosinho, et al, 2011; Santos 2010) defendem a definição de participação. Os entrevistados acrescentaram também entendem como a contribuição monetária para realização de qualquer actividade escolar; contribuir para a coesão do grupo nas decisões que são tomadas e tornadas em público assim como elas foram tomadas. Com base nestas SNE (2014) chama de participação por incentivos materiais.

Referente a participação em projectos da escola, os seis participantes do estudo afirmaram que participam nas actividades escolares dos seus educandos só quando há reuniões e solicitações, mais do que isto não acontece. Outros quatro participantes avançaram que quando são consultados sobre algum assunto nas respectivas reuniões e solicitações emitem as suas opiniões e aguardam pelo desfecho do mesmo, de concreto muita das vezes só participam na contribuição valores para projectos da escola. Disseram também que embora não estejam directamente ligados à escola entanto que instituição, são representados no conselho de escola. Com este modelo de participação tem haver com a terceira percepção de participação de (Carvalho e Diogo, 1999) que diz existe confronto de interesse de natureza divergente a decisão da escola e os das famílias a escola, que só cumprem muitas vezes com as contribuições para os seus educandos não serem penalizados.

A participação da comunidade na vida da escola, vem preconizado nos regulamentos dos diferentes níveis de ensino do nosso SNE (2014); o Regulamento do Ensino Secundário Geral, por exemplo, refere no nº 1 do artº. 12, que, o Conselho da Escola, órgão máximo do estabelecimento, tem, entre outros objectivos, garantir uma gestão democrática e transparente; de facto, segundo preconiza o mesmo documento, dos 25 membros desse órgão máximo da direcção da escola, 15 são representantes da Comissão de pais e da Comunidade.

Das 5 turmas observadas durante as reuniões constatou se que a presença dos pais ou encarregados de educação por turma variava de 28% a 53%, que igualava com a resposta dada pelos dez participantes do estudo que dizia a presença dos pais

e encarregados de educação nas reuniões marcadas na escola não passava de 60%, que esse número começou a decrescer desde os últimos dez anos que provavelmente si as actividades continuarem assim, corremos risco de não chegar a 50% de presença de pais e encarregados de educação nas salas de reuniões. Os pais e encarregados de educação perdem a oportunidade de influenciar o modo efectivo dos educandos, de saber o desenvolvimento escolar dos seus educandos conforme Luck et al (2002).

Os dez participantes entrevistados foram unânimes em explicar por ano lectivo os encarregados de educação são solicitados de quatro a seis vezes para reuniões escolares três das quais são feitas em cada trimestre para divulgação de notas, e outras uma a três para outros assuntos inerentes a escola. Esta informação coincide com regras estabelecidas pelo SNE (2014), que também conhecida como participação passiva.

Acrescentados as suas respostas os entrevistados foram dizendo que estes, só vem a escola quando lhes forem solicitados e não em momentos diferentes, salvo se um deles for solicitado por um comportamento diferente do seu educando.

No que concerne à participação dos pais e ou encarregados de educação, já se tem a mínima ideia de como ela tem sido, mas é difícil aferir resultados se estes estão motivados ou não nestas reuniões. O que se pode avançar em termos de resultados é que de facto estes pais e ou encarregados se mostram preocupados com o processo educativo dos seus educandos, isto é o que se observou através das suas expressões faciais e gestuais.

Os autores reflectem este tipo de participação como sendo participação passiva, visto que os pais e encarregados de educação participam sendo informados do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral da escola, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo. Trata-se do tipo de participação que vem previsto nº 5 do art. 25 do SNE (2014), sobre as competências do Director da Turma, que é de "...convocar os encarregados de educação dos alunos e da turma para prestar informação que julgar pertinente ou recebe-los quando eles o solicitarem". Apesar destas informações por parte dos directores de turma, reconhecem que os pais contribuem sim com ideias quando solicitados por convocatórias e também contribuem com algum valor quando lhes for necessário, mas não param de questionar e sugerir a finalidade do tal valor.

Quando solicitados para o pagamento de taxas os pais e ou encarregados de educação têm feito sim, senão os educandos não estariam a estudar até hoje. Os pais lamentam que as vezes, as taxas que são cobradas, são feitas de forma repentina, sem dar tempo para a preparação prévia, para além dos valores que muitas vezes têm sido indisponíveis em momentos que são exigidos.

Os pais e ou encarregados de educação sobre a disponibilidade de tempo para participar das reuniões estes, afirmaram que nem sempre têm tempo para vir a todas as reuniões solicitadas pela escola devido as profissões que desempenham e os sectores que muitas vezes são sazonais e trabalham até aos sábados e estas reuniões são marcadas

exactamente para os sábados as 8 horas, hora em que abrem as portas nos sectores pelos quais exercem as suas funções, visto que na maioria destes pais, trabalham em lojas, armazéns e até barracas. Por isso, (Klausmeyer & Ramalho, 1995; e Maúse, 2009) que participação dos pais e ou encarregados de educação tenham acesso efectivo dos envolvidos no planeamento das acções, na execução das actividades; em seu acompanhamento e avaliação; até nas tomadas decisões.

Conforme os directores de turma sobre o acompanhamento dos pais e ou encarregados de educação sobre a vida dos educandos na escola, afirmaram que alguns encarregados sim têm vindo ouvir notas dos seus educandos nas reuniões e nessa altura é que aproveitam emitir algum comentário ou consulta sobre a vida dos seus educandos na escola. E isto muita das vezes acontece nos finais dessas reuniões. Há vezes que os pais e ou encarregados de educação ficam surpresos com o aproveitamento pedagógico dos seus educandos, mostrando assim de que estão mesmo distante do acompanhamento que se pretende saber.

Para os pais e ou encarregados de educação sobre acompanhamento dos seus educandos em relação as consultas feitas aos directores de turma, afirmaram que é difícil encontrarmos os directores de turma na escola nos dias que não tem aulas, e os dias que tem aula não podem atender os pais e ou encarregados de educação por motivo de não terem tempo. No período fora destas reuniões é difícil ter encontros com os directores de turma. O que contraria a gestão participativa explicada por (Dalmás, 2002; Lima, 2001, & Santos, 2010), é necessário envolver todos intervenientes do processo de ensino aprendizagem de forma correta para a educação não falhar. A cada interveniente no processo tem o seu papel.

4.5 Desenho da proposta de melhoria de participação dos pais e ou encarregados de educação na vida da escola dos seus educandos

O desenho da proposta de melhoria opta-se fundamentalmente em apresentar os objectivos, as actividades e o processo de monitorização da intervenção. Através de estratégias sendo feitas de forma regular em cada mês do ano lectivo, conforme a tabela abaixo:

Objectivos	Actividades	Fontes de Verificação	Resultados Esperados	Meios
Marcar reuniões mensais com pais e ou encarregados de educação, professores e estudantes.	Identificar dias da semana para as reuniões;	Horários;	Marcação de datas das reuniões;	Cartazes, Folhetos, Marcadores, Apagadores, Canetas, Flip Chart, Blocos de notas, gravadores, Alimentação.
	Sensibilizar os pais e ou encarregados de educação; professores e estudantes a participar nas reuniões;	Lista de presenças; Actas das reuniões; Ficha de colecta de informações; Relatórios das reuniões.	Os intervenientes sensibilizados; Participação massiva dos intervenientes nas reuniões marcadas.	
	Realizar as reuniões com base no horário marcado.			

Tabela 1: Quadro lógico de plano gestão participativa da escola

Devia se traçar um programa para todos os directores de turma, professores e pais e ou encarregados de educação da seguinte forma por turma, por exemplo:

Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
07: 00 – 09: 30					
10: 00 – 12: 30					
13: 00 – 15: 30					
16: 00 – 17: 30					

Legenda



Atendimento aos pais e ou encarregados de educação;



Atendimento aos estudantes;



Atendimento aos professores

Nota: Este horário deve ser feito de forma flexível por turma, e podia ocorrer na última semana de cada mês dependo do programa dos intervenientes da turma. O atendimento dos intervenientes deve ser personalizado em outras palavras quer dizer um de cada vez. Acreditárimos iria melhorar a participação de todos intervenientes acima mencionados.

Tabela 2: Horário do director de turma para plano gestão participativa da escola

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, referir que as três questões de investigação foram respondidas da seguinte forma: O modelo de participação, adoptado pelas escolas desmotiva a participação dos pais e encarregados de educação nas reuniões da escola. O sistema de solicitação por convocatória para ditar notas e para pagar algumas taxas, muitas vezes não é bem vista pelos pais e ou encarregados de educação. Ainda neste aspecto, os pais esperavam mais em reuniões do que o que ocorre em muitas delas, por em alguns casos estes contribuem com os valores e dispensam a participação deles em uma reunião se

quer.

A fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola faz com que eles não percebam o sentido de participação comunitária na escola entre o corpo administrativo da escola e a comunidade; os pais não dão grande importância a sua presença em assuntos da escola, deixando-a em último plano. Muitas vezes o que fazem é tirar valores e contribuir para uma determinada actividade escolar, substituindo a presença por isso. Essa forma de proceder, faz com que no fim de cada trimestre encontrem surpresas desagradáveis sobre o aproveitamento dos seus educandos.

A incompatibilidade de horários dos pais e encarregados de educação não permite fazer o acompanhamento do percurso escolar dos seus filhos. Muitos dos pais e ou encarregados de educação trabalham em instituições sazonais e têm horários que coincidem com as reuniões marcadas, facto que faz com que haja incompatibilidade na participação das actividades escolares dos seus educandos apesar de saberem o que significa participação na escola. Sugeriria que as escolas secundarias tentarem aplicar a proposta de melhoria explicada neste estudo.

REFERÊNCIAS

Antunes, C. (2002). *Glossário para Educadores (as)*. (2ª ed.), Petrópolis: Vozes.

Boletim da República de Moçambique (BRM) de 06 de Maio de 1992. *suplemento*. I série, Número 19.

Carvalho, A. e Diogo, F. (1999). *Projecto Educativo*. (3ª ed.), Porto: Afrontamento.

Dalmás, Â. (2001). *Planeamento Participativo na Escola*, (9ª ed.), Brasil: Vozes.

De Ketele, J. M. e Rogiers, X. (1993). *Metodologia da recolha de dados*, Lisboa: Instituto Piaget.

Fontes, M. A. (1990). *Escola e Educação de Valores*, Lisboa: Livros Horizontes.

Formosinho, J. et al (2011) *Da autonomia da escola ao sucesso educativo*. Portugal: Cosmos.

Lima, L. (2001). *A escola como organização educacional: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez.

Luck, H., et al (2002), *A escola participativa- o trabalho do gestor da escola*. (6ª ed.), Rio de Janeiro: DP e A.

Klausmeyer, A. & Ramalho, L. (1995). *Introdução a metodologias participativas: Um guia prático*. Recife: ABONG.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa*, S. Paulo: Atlas.

Maússe, M. (2009). *Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de Caso na Localidade de Chijinguire*. Maputo: CIEDIMAS.

Richardson, R. J. et al (2008). *Pesquisa Social-Métodos e Técnicas*. (3ª ed.) revista, S. Paulo: Atlas.

Santos, J. (2010). *Gestão Escolar: Novo paradigma de uma gestão participativa*. IV colóquio Internacional Educação e contemporaneidade. IssN1982-3657.

Sistema Nacional de Educação (SNE) (2014), *Regulamento do ensino secundário Geral*, Maputo: Departamento da Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptabilidade 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103

Aprendizagem ao longo da vida 28, 31

Aprendizaje 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 104, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 177, 178, 181, 182, 184, 186

Arte 3, 32, 52, 152, 201, 202, 207, 210, 213, 215, 220

Atendimento educacional especializado 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124

Autoestima 30, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Avaliação educacional 127, 130

B

Biologia 6, 105, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 193, 194, 195, 199, 200

Bullying escolar 53, 54, 55, 56, 57, 59, 64, 65, 70

C

Cidadania 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 22, 53, 54, 58, 59, 63, 64, 65, 83, 84, 106, 109, 110, 220

Coesão 31, 84, 89, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103

Cognição 1, 3, 4, 5, 6

Conhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 56, 62, 83, 89, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 120, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 166, 168, 170, 174, 188, 189, 191, 192, 196, 199, 202, 203, 218, 219, 220, 222

Creatividade 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 187

Cultura 3, 6, 7, 13, 36, 37, 39, 41, 42, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 68, 69, 109, 114, 115, 119, 120, 128, 134, 135, 138, 139, 142, 143, 150, 151, 167, 201, 219, 220, 224

Currículo 42, 48, 50, 61, 120, 128, 143, 157, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 186, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

D

Didática 61, 68, 216, 218, 219, 220, 221, 222

Direitos humanos 12, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Docência 9, 18, 19, 22, 25, 69, 105, 139, 188, 216, 218, 219, 220, 221, 224

E

Educação 2, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30,

31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 130, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 200, 201, 217, 219, 220, 221, 224

Educação básica 13, 14, 15, 17, 44, 46, 47, 48, 60, 94, 95, 97, 107, 109, 120, 124, 140, 142, 151, 164, 166, 168, 188, 190, 224

Educação infantil 2, 12, 14, 28, 32, 33, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 58, 66, 117, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 150, 151, 152

Educación básica elemental 176, 177

Egocentricidade 1, 5, 6, 8

Encarregados 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Ensino 1, 2, 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 33, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 80, 84, 89, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 133, 134, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 151, 152, 153, 164, 167, 169, 173, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 224

Ensino básico 95, 153, 193, 194, 195, 196, 199

Ensino de Filosofia 53, 54, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69

Ensino remoto 9, 16, 105, 108, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125

Envelhecimento humano 28

Escola 13, 14, 26, 28, 33, 34, 37, 42, 44, 46, 47, 48, 56, 59, 61, 63, 64, 68, 70, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 109, 111, 115, 116, 117, 122, 124, 126, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 193, 199, 202, 216, 217, 218, 219

Escolarização 44, 47, 48, 173, 174, 216, 220

Escrita acadêmica 188, 189, 190, 191

Estágio supervisionado 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115

Estilos 31, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 104

Estudantes de Enfermagem 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136

Estudantes 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 103, 104, 177, 178, 180, 184, 185, 186, 187

F

Funcionamento familiar 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

G

Gerações 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

H

Honey Alonso 71

I

Interdisciplinar 20, 61, 201

Intergeracionalidade 28, 31, 35

Intersubjetividade 1

Intervención en classe 153

Investigação científica 139, 142, 143, 151, 152

L

Lectura de imágenes 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186

Letramento acadêmico 188, 189, 190, 191, 192

Livro de histologia 193, 194, 196, 197, 198

Ludicidade 3, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 224

Lúdico 1, 2, 3, 4, 5, 7, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 196, 199

Luz 1, 48, 155, 162, 201, 204, 205, 207, 208, 212, 214, 215

M

Madurez escolar 176

Material didático 193, 199

O

Óptica 201, 205, 208

P

Pais 48, 58, 59, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 99, 101, 102, 103, 144, 145, 164

Pandemia 9, 10, 15, 16, 17, 34, 49, 55, 104, 108, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 177, 193

Participação 12, 14, 22, 30, 32, 34, 41, 48, 51, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 108, 110, 111, 113, 120, 142, 145, 146

Percepção 4, 5, 20, 32, 80, 81, 88, 89, 102, 108, 116, 118, 121, 123, 133, 134, 191, 201, 202, 215

Políticas educacionais 9, 11, 14, 167

Políticas públicas 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 84, 114, 123, 124, 216

Práticas de letramento 188, 190, 191

R

Relações internacionais 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26

Representações gráficas 139, 150, 152

S

Segurança do paciente 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Síndrome de Usher 153, 154, 155, 157, 158, 160, 163, 164

Sordoceguera adquirida 153, 154, 156, 157, 158, 163

T

Tecnologias digitais 105, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 216, 221

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 